

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entregue o Imposto de Renda incompleto e fuja da multa..... 3

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os custos econômicos e sociais da corrupção (2)..... 4

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Fraude com documentos - SUA PREVIDÊNCIA..... 6

AGORA - SÃO PAULO - SP - DEFESA DO APOSENTADO
SEGURIDADE SOCIAL

Segurado quer atrasados da sua aposentadoria..... 7

AGORA - SÃO PAULO - SP - DEFESA DO APOSENTADO
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhadora cobra diferença do seu auxílio-doença do INSS..... 8

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso pode votar vetos presidenciais..... 9

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamento da 2ª parcela..... 10

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Reformas estruturantes: a urgência exige prioridade - DA TRIBUNA..... 11

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS quer instalar autoatendimento eletrônico em agências, mas não há prazo..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Ajuste fiscal pró-crescimento (2)..... 13

O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Deputado cearense tenta aprovar incentivo a servidor que use geração distribuída..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em rede social, Lira volta a falar em "reforma do possível"..... 15

ZERO HORA - RS - ARTIGOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

NOVO BOOM DAS COMMODITIES (2)..... 16

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Lira usa metáforas para defender a "reforma do possível"..... 18

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lei proíbe que dinheiro de privatização banque ação social..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia será prioridade na CLDF 21

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pesquisa aponta que maioria apoia elevar impostos 23

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quem ganha menos paga mais Imposto de Renda (2) 24

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumento de Impostos contra desigualdade 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Onda otimista de revisões empolga governo 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Crescimento ainda é fraco 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

O inacreditável Estado não subsidiário brasileiro (2) 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Após protestos, aliados de Bolsonaro reforçam polarização e atacam Lula 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Se o IGP-M reflete commodity e câmbio, como reajusta aluguel e luz? (2) 34

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Aos da nova década (2) 36

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
ECONOMIA

Saiba como consultar o extrato do FGTS sem sair de casa 37

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
ECONOMIA

Governo precisa de R\$ 6 bi para programa de emprego a jovens 38

MEIO NORTE - TERESINA - PI - GERAL
ECONOMIA

Baixa eficiência da Coronavac preocupa a Saúde - CLÁUDIO HUMBERTO 39

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Vale o escrito (3) 41

A GAZETA - MT - POLÍTICA-PAÍS
POLÍTICA

Centro prevê guinada à direita 42

Entregue o Imposto de Renda incompleto e fuja da multa

Ana Paula Branco

Termina nesta segunda (31) o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2021. Quem for obrigado a prestar contas ao Leão e perder o prazo pode pagar multa que varia de R\$ 165,74 a 20% do imposto devido.

O contribuinte que deixou para a última hora ou espera algum recibo para preencher a declaração pode entregar as informações que tem em mãos para evitar o pagamento de multa e, depois, enviar uma declaração retificadora.

A correção pode ser feita a qualquer momento, no programa da **Receita Federal**. A partir desta terça (1º), a declaração retificadora não poderá ser feita pelo mesmo programa do IR original. Será necessário entrar no site da **Receita Federal** e fazer um novo download.

É sempre preciso cuidado ao preencher os dados para não correr o risco de cair na malha fina. Qualquer rendimento não declarado ou declarado incorretamente faz a declaração ficar retida com a Receita.

De acordo com David Soares, consultor da IOB, o recomendável é entregar a declaração totalmente preenchida, mas se for entregar incompleta porque está faltando algum documento, o contribuinte deve declarar todos os rendimentos que recebeu em 2020.

"Se deixa de informar rendimento, quase imediatamente, cai na malha fina", afirma o especialista.

Trabalhadores com carteira assinada podem retirar o informe de rendimentos direto com a empresa.

Os informes de contas bancárias podem ser acessados pelos aplicativos dos bancos ou impressos nos caixas eletrônicos.

Quem recebeu auxílio emergencial no ano passado e teve rendimentos tributáveis acima de R\$ 22.847 terá que declarar IR. O informe está disponível no site do Ministério da Cidadania.

Se for incluir alguma despesa pela retificadora, fique atento. Não será possível alterar o modelo de

tributação a partir de amanhã.

Caso tenha escolhido o modelo simplificado, algumas despesas podem ser superiores ao desconto de 20% sobre o total dos rendimentos tributáveis.

Em qualquer caso, preencha a declaração com os dados que possui, assim, caso o recibo esperado não chegue, não terá problemas.

Quem faz a retificação vai para o fim da fila na hora de receber a restituição, pois a **Receita Federal** considera a data de entrega da retificadora para sua análise

No caso de quem paga imposto, quando a retificação resultar em redução do imposto declarado, será calculado novo valor de cada quota, mantendo-se o número de quotas em que o imposto foi parcelado na declaração retificada, desde que respeitado o valor mínimo.

Os valores pagos a mais poderão ser compensados nas quotas a vencer ou ser objeto de pedido de restituição, com juros equivalentes à taxa Selic.

Quando a retificação resultar em aumento do imposto declarado, será calculado novo valor de cada quota.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

44

Os custos econômicos e sociais da corrupção

(2)

**CARLOS CARDOSO DE OLIVEIRA JUNIOR É
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO**

É do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, a autoria de uma das frases mais incisivas e esclarecedoras a respeito da questão de fundo aqui tratada: "A corrupção é fruto de um pacto oligárquico celebrado entre boa parte da classe política, do empresariado e da burocracia governamental para saquear o Estado brasileiro".

Para todos aqueles que nos últimos anos têm acompanhado o desempenho das nossas instituições na apuração de fatos relacionados à malversação dos recursos públicos, notadamente na área federal, não restam quaisquer dúvidas em reconhecer a corrupção como um fenômeno social que, pela magnitude com que se encontra espalhada nas diferentes esferas de governo, projeta impactos sobre as instituições políticas e a economia do nosso país.

Estudiosos do tema de diferentes países são unânimes em apontar a indissociável relação existente entre os desvios de recursos públicos e os efeitos negativos que produzem sobre a economia.

A disseminação dessa prática governamental reduz cada vez mais a atração de investimentos, inclusive privados, e gera ineficiências econômicas nos países que não conseguem contê-la.

Não por acaso, recentemente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE tomou a inédita decisão de constituir, no âmbito da sua estrutura de governança, um grupo permanente de trabalho e monitoramento a respeito da conduta do atual governo federal relativamente à questão da corrupção no Brasil.

A adoção dessa extraordinária iniciativa pela OCDE, entidade composta pelos países mais ricos do mundo, em cujos quadros o Brasil pleiteia o seu ingresso, deveu-se aos seguidos retrocessos que vêm sendo **impostos** à luta anticorrupção no país por omissões e iniciais do governo federal e do Congresso Nacional, bem como por seguidas decisões equivocadas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, todas elas convergentes para a fragilização do nosso sistema de justiça anticorrupção.

Isso significa que para os países mais ricos e desenvolvidos do mundo, o que inclui os seus governos, os seus investidores e as suas empresas privadas, nações lenientes com práticas governamentais e empresariais corruptas, como o Brasil, serão progressivamente escanteadas e até ignoradas nos novos ciclos de desenvolvimento econômico que terão lugar nas próximas décadas.

Para esses países, o enfrentamento da corrupção importa. Ali, a corrupção não se sagrou vencedora, perdeu de 7 a 1. E as suas manifestações residuais são duramente enfrentadas e punidas. Nesses países, os governos não têm espaços para capturar, política e ideologicamente, as instituições de controle e fiscalização. As instituições policiais, o Ministério Público, a **Receita Federal**, os Tribunais de Contas desempenham funções de Estado.

Não estão a serviço de governos e governantes de plantão.

Cumprem missões constitucionais e legais. E, assim fazendo, operam a serviço do conjunto da sociedade, afastados de injunções políticas e partidárias. Ali, os juízes dos Tribunais Superiores são escolhidos a partir de rigorosos critérios de qualificação técnica e integridade pessoal, e gozam e exercitam de plena autonomia e independência. E fazem por merecê-la, o que lhes proporciona o reconhecimento público de seus povos, conferindo credibilidade às suas decisões.

Nessa linha de reflexões, outra consequência da corrupção que precisa ser reiteradamente destacada é a dificuldade que ela acrescenta à implementação de políticas públicas direcionadas à redução permanente das desigualdades sociais. Aí está o maior dos nossos flagelos sociais.

Com a apropriação criminosa dos escassos dinheiros públicos, ficam seriamente comprometidos os investimentos nas áreas determinantes para a eliminação da miséria e redução progressiva da pobreza. Com os vultosos recursos desviados pelas práticas corruptas poderíamos dar seguidos saltos de quantidade e qualidade em áreas social e economicamente estratégicas para o presente e o futuro da população, como a educação, saúde, saneamento básico, habitação social, ciência e

tecnologia, previdência, assistência social, segurança pública, a instituição de um abrangente e robusto programa de renda básica etc.

Verifica-se, portanto, que são imensos os custos econômicos e sociais que a corrupção generalizada e institucionalizada impõe ao país e aos seus habitantes.

Urge, portanto, oferecer uma resistência organizada às reações e retrocessos legais que estão sendo patrocinados pelos setores políticos e empresariais beneficiados pelas facilidades e benesses proporcionadas pela malversação de recursos públicos.

E o palco principal onde isso se dará de maneira determinante será alçado nas eleições gerais previstas para 2022.

Será fundamental mobilizar os eleitores brasileiros para a inafastável necessidade de eleger um Presidente da República e uma grande bancada de deputados federais e senadores comprometidos com a luta anticorrupção.

Fraude com documentos - SUA PREVIDÊNCIA

Nem todo mundo tem habilidade em usaras ferramentas disponibilizadas pelo aplicativo "Meu **INSS**", inclusive a parte de precisar juntar documentos e outras funções.

"relapso" não é, na verdade, mais um golpe contra o trabalhador.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Uma fraude desbaratada pela Polícia Federal mostrou um lado que poucos conheciam. Apelidada de operação Captio-nem (armadilha), a fraude consistia em se aproveitar de pessoas humildes que precisavam requerer benefício previdenciário, mas tinham dificuldade em ter acesso a computadores, smartphones, scanners e internet. Com isso, tinham que se dirigir ao **INSS** para terem seus documentos digitalizados.

Nessa hora que acontecia o esquema. Ou melhor, não acontecia. A investigação da polícia constatou que, propositalmente, o servidor do **INSS** deixava de anexar os documentos escaneados.

Com a negativa, o funcionário indicava um escritório de advocacia, do qual era sócio, para resolver o problema.

A sutileza de não juntar um simples documento no dossiê do trabalhador aparentemente não figura algo grave, exceto quando realizada de forma sistemática e com o objetivo de direcionar a demanda para pessoas que iriam ganhar dinheiro em cima disso.

Junto com os advogados, os servidores desencadeavam a judicialização para ter acesso ao pagamento de honorários.

Com essa deficiência de atendimento por parte de funcionários do **INSS**, o litígio judicial terminava sendo inevitável para boa parte dos segurados que não propusesse nova demanda administrativa em outra agência, longe do esquema.

Além disso, há indícios de falsificação de documentos, que foram ou seriam usados em estelionatos, bem como de corrupção, pois houve o recebimento de vantagens indevidas pelo empregado público, que fornecia informações privilegiadas ou agilizava ações para escritórios de advocacia.

Não é de hoje que o atendimento público ofertado pelo **INSS** não é um dos melhores. Mas, com essa nova fraude, é importante ficar atento se um ingênuo

Segurado quer atrasados da sua aposentadoria

O aposentado Valdir Henrique da Silva, 61 anos, do Jardim Miriam (zona sul), quer receber os valores relativos aos quase quatro anos que sua aposentadoria ficou retida pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O leitor relata ter 36 anos e sete meses de contribuição trabalhados em funções como porteiro, metalúrgico, cobrador de ônibus e com tecelagem.

Silva diz que deu entrada na aposentadoria em maio de 2015, mas o benefício ficou retido até fevereiro de 2019 e não foi pago até hoje.

"O **INSS** concedeu o benefício, mas recorreu de 2015 a 2019. Já faz um ano e meio que estou correndo atrás e não tenho nenhum retorno", afirma Silva ao Agora.

O leitor conta que contratou uma advogada para cuidar do caso, porém, mesmo assim, não recebeu nenhum retorno do instituto.

"Eu contratei uma advogada para ver o caso e ela entrou com recurso, mas sempre me pede para esperar e diz que não tem novidade. Ela falou que eu teria que aguardar, e o **INSS** não me comunica nada", comenta o segurado.

O aposentado diz que, segundo contas da advogada, o **INSS** deve algo em torno de R\$ 62 mil e que esse dinheiro tem feito falta.

"Eu tive até que pegar um consignado, meu aluguel está atrasado e eu tenho um problema de coração que me impossibilita de trabalhar. Não tenho mais condições de trabalhar e isso também me prejudica", afirma o leitor.

Até a reforma da Previdência, em 2019, eram necessários 35 anos de recolhimentos ao **INSS** (para homens) para ter o benefício.

INSS espera julgamento final

Em nota, o **INSS** diz que cumpriu a decisão judicial de tutela antecipada e concedeu a aposentadoria do segurado em 11 de janeiro de 2019, com pagamento retroativo a 1º de dezembro de 2018. "Desde então, o senhor Valdir vem recebendo mensalmente o valor do

benefício", afirma. Segundo o órgão, a ação judicial ainda não foi concluída e aguarda julgamento do recurso, com isso, "caso o segurado tenha direito a valores atrasados, estes somente serão pagos após o trânsito em julgado da ação".

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Trabalhadora cobra diferença do seu auxílio-doença do INSS

A técnica de enfermagem Ana Lúcia Queiroz, 30 anos, conta que desenvolveu lúpus, artrite e vasculite em março de 2020 e precisou ser afastada do trabalho por um período de três meses.

"Inicialmente, peguei um atestado de dois meses e logo após outro atestado de um mês, devido ao meu quadro de imunodepressão", afirma ela ao Agora.

"Dei entrada no **INSS** em maio de 2020, após um mês, recebi uma antecipação de um salário mínimo", conta.

"No mês seguinte, veio outra antecipação no mesmo valor. Faltando uma diferença a receber do total de três meses que fiquei afastada. Em novembro de 2020, um documento deu o parecer de que eu não direito às diferenças", diz Ana Lúcia, que aguarda uma resposta do instituto.

O **INSS** esclarece, em nota, que o recurso de um dos benefícios foi enviado à Junta de Recursos da **Previdência Social**. Será agendada uma data para julgamento.

O outro benefício foi revisto em 20 de maio e convertido em concessão definitiva do auxílio por incapacidade temporária. O pedido de pagamento da segurada aguarda liberação,

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Congresso pode votar vetos presidenciais

O Congresso Nacional tem sessão marcada para amanhã (1) para análise de 18 vetos presidenciais e três projetos de lei (PLNs), entre eles o que restabelece cerca de R\$ 20 bilhões ao Orçamento federal de 2021 para o pagamento de benefícios sociais (PLN 4/21). O projeto abre crédito suplementar de RS 19,768 bilhões para o Orçamento, valor que havia sido vetado pelo presidente Jair Bolsonaro na sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA - Lei 14.144/21). Segundo o Executivo, a abertura do crédito não vai afetar a meta fiscal para 2021.

O dinheiro será distribuído para o pagamento de seguro-desemprego (RS 2,6 bilhões); benefícios previdenciários (RS 6,6 bilhões); compensação ao Fundo do Regime Geral de **Previdência Social** (RS 4,7 bilhões); benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia.

Site: <https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/3198>

Pagamento da 2ª parcela

A segunda parcela do auxílio emergencial começou a ser liberada neste domingo (30) para trabalhadores nascidos em dezembro.

Neste primeiro momento, o repasse do recurso público é destinado a quem faz parte do Cadastro Único e aos informais e MEIs inscritos por meio do site e do aplicativo Caixa Tem.

Vale lembrar que o benefício segue a mesma regra do ano passado: primeiro o dinheiro estará disponível apenas para movimentação digital e, posteriormente, será liberado o saque. Os pagamentos seguem as datas de nascimento dos beneficiários.

Tire dúvidas Confira abaixo as principais dúvidas dos brasileiros em relação ao benefício.

Quem deve receber: os trabalhadores podem consultar se receberão a nova rodada do Auxílio Emergencial através do site da Dataprev. O beneficiário deverá informar o CPF, nome completo, nome da mãe e data de nascimento.

Valores definidos: o governo vai considerar a composição familiar na hora de conceder o novo auxílio emergencial.

R\$ 375: valor pago às mulheres chefes de família. R\$ 250: esse é o valor médio e será destinado às famílias com duas ou mais pessoas, exceto daquelas com mães chefes de família. R\$ 175: destinado às famílias compostas por apenas uma pessoa.

Critérios da renda: os critérios de renda familiar por pessoa ficam entre meio salário mínimo (R\$ 550) até três salários mínimos (R\$ 3,3mil) no total, somando as rendas de todos os membros da família.

Acesso ao benefício: microempreendedores individuais (MEI); Contribuinte individual da **Previdência Social**; trabalhador informal.

Trabalhadores informais que receberam o benefício em 2020 deverão ter acesso novamente às parcelas, mas, desta vez, só uma pessoa por família está apta. Não pode receber: Empregado formal ativo; Membro de família com renda mensal acima de três salários mínimos (R\$ 3,3 mil); Residente no exterior; Pessoas que recebem benefício previdenciário, assistencial ou trabalhista, exceto Bolsa Família e Pis/Pasep.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Reformas estruturantes: a urgência exige prioridade - DA TRIBUNA

LUCAS GONZALEZ

O desempenho da economia brasileira vem surpreendendo positivamente em nosso país. A retomada das atividades no segundo semestre de 2020 foi superior à esperada, bem como ocorreu crescimento no primeiro trimestre de 2021 e, agora, em abril, com 120,9 mil vagas criadas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No entanto, 14,8 milhões de brasileiros ainda se encontram sem espaço no mercado de trabalho, o que exige do Parlamento a máxima mobilização em prol das reformas estruturantes, que se apresentam de modo emergencial para o país.

Em função da segunda onda da pandemia, com alta no número de casos e de mortes decorrentes da Covid-19, e em razão do fim do auxílio emergencial, a expectativa unânime entre os analistas financeiros era de crescimento negativo do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre.

Porém, nos meses de janeiro e fevereiro, a produção industrial, as vendas no varejo e o setor de serviços mostraram crescimento da atividade, e o IBC-BR, índice de atividade do Banco Central, apresentou forte crescimento. O resultado foi uma acentuada melhora das expectativas quanto ao crescimento do **PIB** do Brasil, e não apenas no primeiro trimestre, mas no ano de 2021.

O que ocorre? Vamos lá. Desde 2016, o Brasil está passando por um grande conjunto de reformas que começam, agora, a surgir seus efeitos. O Parlamento criou um teto para o crescimento do gasto público e uma importante reforma da **Previdência Social**.

Essas ações reduziram o risco fiscal.

Várias outras medidas foram aprovadas, como a reforma do ensino médio, a trabalhista, a do mercado de capitais, e foi liberada a terceirização, com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sendo substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP) nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por fim, e com nosso apoio, ocorreu a aprovação dos marcos regulatórios do setor de saneamento, óleo e gás, uma nova lei de falências e o reforço da independência do Banco Central, que aumenta sua credibilidade e a autonomia formal, algo

aprovado em 2020.

Todas essas reformas tiveram como objetivo aumentar a produtividade e a taxa de investimentos privados. O sucesso dos leilões de concessões realizados no primeiro trimestre de 2021 mostra a importância dessas reformas.

Foram leiloados 22 aeroportos, três portos, uma ferrovia, uma rodovia e a companhia de água e esgoto do Estado do Rio de Janeiro, a Cedae, além de outros projetos de menor porte.

Apesar da pandemia e das incertezas quanto à retomada da atividade, foram arrecadados mais de R\$ 50 bilhões em outorgas, e estão programados mais de R\$ 100 bilhões de investimentos nos próximos dez anos, o que mostra que o Brasil continua atraente para o capital de longo prazo.

A combinação de crescimento da demanda com agentes mais produtivos, em menor número, e com mais acesso ao mercado de capitais, indica crescimento do investimento e, portanto, do crescimento de longo prazo. Este é o caminho. Assim seremos mais fortes.

LUCAS GONZALEZ, Deputado federal (Novo-MG)
dep.lucasgonzalez@camara.leg.br

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15918>

INSS quer instalar autoatendimento eletrônico em agências, mas não há prazo

Antonio Temóteo

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) iniciou um projeto-piloto em Brasília para desenvolver um novo modelo para as agências e atendimento aos segurados. A ideia é que sejam instalados totens de autoatendimento orientado, semelhante ao serviço que os bancos oferecem nos caixas eletrônicos, com servidores orientando os segurados a usar os serviços do **INSS**.

Mais da metade do movimento das agências, afirmou o presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, é de segurados em busca de serviços que já são digitais. Dos 96 serviços oferecidos pelo órgão, 90 podem ser feitos pelo aplicativo Meu **INSS**.

Entre as exceções, estão as perícias médicas, que são realizadas pelos peritos, e as análises sociais para concessão do BPC (Benefício de Prestação Continuada), feitas por assistentes sociais. Os dois serviços são prestados nas agências.

Segundo Rolim, milhares de segurados ainda comparecem aos postos de atendimento do **INSS** para tirar um extrato. Com o autoatendimento orientado, ele prevê reduzir o tempo de espera nas agências e direcionar os servidores para análise de benefícios.

O piloto ainda conta com computadores e impressoras, para que um servidor oriente os segurados no autoatendimento. Os totens devem ser instalados no futuro. Ainda não há um prazo para isso, mas queremos melhorar a experiência para os segurados, disse.

Com as restrições para atendimentos nas agências ao longo de 2020, o número de benefícios analisados pelos servidores do **INSS** disparou 75%. Em 2019, foram analisados 7,5 milhões de benefícios. No ano passado, foram 13,1 milhões.

Segundo Rolim, o aumento de produtividade ocorreu em um momento de redução no número de servidores. O **INSS** tinha 30.626 colaboradores em 2018. O total caiu para 23.032 em 2019 e desceu a 22.903 no ano passado, contando com os temporários contratados.

Com maior produtividade, a fila de benefícios do **INSS** caiu 15,3% no ano passado, mas ainda era de 1,7

milhão de processos.

Nossa meta é reduzir ainda mais essa fila em 2021, e temos reforçado o número de servidores que fazem a análise dos benefícios, declarou Rolim.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/31/inss-totens-atendimento-banco-caixa-eletronico.htm>

Ajuste fiscal pró-crescimento (2)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ

Com a deflagração da pandemia, era dominante entre os economistas a ideia de que, em 2020, o déficit primário do governo federal chegaria a 15% do **PIB** e que a dívida bruta (DBGG), conceito Banco Central, atingiria a barreira psicológica de 100% do **PIB**. Paulo Guedes falava em hiperinflação, em 2021, caso o Tesouro não conseguisse rolar os vencimentos dos seus títulos.

Apesar da pandemia e da expansão fiscal necessária para mitigar seus efeitos sobre a população, o desempenho fiscal, em 2020, não foi tão catastrófico.

O déficit primário do governo federal foi de 10% do **PIB**, significativamente menor do que era previsto, e a relação **DBGG/PIB** ficou em 88,8%, bem aquém da tal barreira psicológica dos 100%. A hiperinflação, temida pelo ministro, mostrou-se pura fantasia.

Para 2021, no que pese o agravamento da covid-19, que levou à reedição de alguns socorros fiscais, o déficit primário do governo federal deverá ficar abaixo de 3% do **PIB** e a dívida bruta pouco acima de 86% do **PIB**, ou seja, registrará queda em relação ao fim do ano passado.

Já o resultado primário estrutural do governo geral, que considera os efeitos do ciclo econômico sobre as finanças públicas, foi ligeiramente positivo em 2020, de acordo com o Observatório de Política Fiscal da FGV. O mesmo deverá ocorrer em 2021.

São três as principais variáveis que determinam a sustentabilidade da dívida pública: a) a relação dívida/**PIB** atual; b) os resultados primários; e c) a diferença entre a taxa nominal de juro (r), que mede o custo de financiamento do governo, e a taxa de crescimento nominal do **PIB** (g). Quanto menor " $r-g$ ", melhor para a solvência do governo.

Dado que o déficit primário tende a desaparecer na medida em que a economia caminhe para o pleno-emprego, a relação " $r-g$ " é decisiva para a dinâmica da dívida. Há vasta literatura internacional e alguns trabalhos para o Brasil mostrando que razões estruturais, sobretudo demográficas, tendem a reduzir a taxa de crescimento potencial do **PIB** e, portanto, o juro de equilíbrio não inflacionário.

Apesar disso, o ajuste das contas públicas brasileiras é indispensável para a retomada sustentável do

crescimento econômico. O ponto é que, nos cenários mais prováveis, não surge o problema de sustentabilidade da dívida.

Trata-se, principalmente, de má alocação dos recursos públicos, que impossibilita a adoção de políticas que promovam o desenvolvimento econômico com maior justiça social.

Os gastos obrigatórios, principalmente com pessoal e previdência, tendem a continuar absorvendo parcela muito expressiva da arrecadação, o que retira a capacidade de investimento do governo. Uma das grandes limitações ao crescimento econômico é a falta de recursos para ciência e tecnologia, amparo à gestante e à infância, saneamento básico e infraestrutura complementares aos empreendimentos privados e, até mesmo, saúde e educação, para as quais se diz, erroneamente, que não faltam recursos.

Assim, são medidas necessárias, embora não suficientes, para a retomada do crescimento econômico: a) reforma administrativa profunda, que alcance também os atuais servidores; b) **reforma tributária**, que elimine a complexidade e as graves distorções alocativas do sistema atual, principalmente na tributação do consumo, em todos os entes federativos; e c) segunda geração da reforma da previdência, que trate, entre outros pontos, do ajuste automático da idade mínima de aposentadoria de acordo com a evolução das expectativas de sobrevivência, e do gasto excessivo com as aposentadorias dos funcionários públicos.

Infelizmente, o presidente Bolsonaro e seu confuso ministro da Economia não se mostram competentes nem dispostos a empreenderem políticas pró-crescimento, como as esboçadas aqui.

Entre outras medidas, a retomada do crescimento precisa das reformas administrativa e tributária

ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Deputado cearense tenta aprovar incentivo a servidor que use geração distribuída

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei (PL) 1.905/2021, apresentado pelo deputado cearense Eduardo Bismarck (PDT), que prevê a concessão de incentivos a **servidores públicos** civis e militares para a aquisição de sistemas de energia solar e outros equipamentos de micro e minigeração distribuída. O texto inclui servidores ativos, inativos e pensionistas.

Geração distribuída é a produção de energia na própria unidade consumidora, como uma residência ou condomínio. Bismarck afirma que o desenvolvimento tecnológico reduziu o custo dos equipamentos de micro e minigeração distribuída, como os painéis fotovoltaicos. Com o projeto, ele pretende viabilizar a disseminação desses sistemas no País: "A medida propiciará maior segurança às instituições bancárias na concessão do crédito, permitindo o aumento da oferta e a redução dos encargos financeiros, devido ao baixo risco envolvido", diz ele, ao embasar o projeto.

A matéria permite que os incentivos sejam concedidos por meio de financiamento, com as prestações descontadas diretamente da folha salarial, respeitados os limites de consignação previstos em lei. O deputado afirma que o estímulo à micro e à minigeração distribuída traz benefícios econômicos e ambientais, conforme observado em experiência semelhante implantada no Piauí por lei estadual.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/31-05_268a802c297fe6

Em rede social, Lira volta a falar em "reforma do possível"

Camila Turtelli / BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), usou ontem as redes sociais para voltar a defender, de forma indireta, o fatiamento do projeto de **reforma tributária**, ao citar a "reforma do possível" e dizer que a "ambiçãõ" é "apenas um biombo para não fazer nada".

"Todos os que já viveram essa situação sabem que muitas vezes o "feijão com arroz" pode não ser um banquete, mas é a diferença entre o ideal e o possível.

Queremos sempre a maior reforma possível. Mas a melhor nem sempre é a maior, sabemos.

A melhor será sempre a possível", disse ele, em uma série de publicações na sua conta no Twitter.

Lira tenta avançar com as mudanças no sistema de arrecadação do País por etapas, com projetos de leis e mudanças constitucionais tramitando tanto na Câmara como no Senado. Ele tem se reunido nas últimas semanas com membros do governo e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), para definir as próximas etapas.

Apoiado pela equipe econômica, o fatiamento da reforma entrou na mira de especialistas.

Como o Estadão mostrou, a decisão do Congresso pode abortar a possibilidade de aprovação, ainda este ano, de uma proposta ampla com efeitos duradouros para a melhoria do ambiente de negócios e do crescimento do País, segundo especialistas. Eles veem risco de a reforma se resumir a uma mera unificação do PIS/Cofins, levando a um aumento da carga tributária para os contribuintes brasileiros.

O que está acertado até agora é que a Câmara vai votar o projeto de lei apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), reunindo o PIS/Cofins, e prevê ainda mudanças no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto de Renda tanto das empresas como de pessoas físicas. Já o Senado ficou com o projeto do novo Refis e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de uma reforma abarcando também os **tributos** dos Estados (ICMS) e dos municípios (ISS).

NOVO BOOM DAS COMMODITIES (2)

Vivemos um novo boom das commodities envolvendo produtos básicos como minérios, grãos e petróleo, que, segundo o Banco Central, aumentaram em 50% no último ano no mercado internacional e mais de 60% em reais. O primeiro boom foi há mais de uma década, quando o Brasil registrou superávits consecutivos na balança comercial e gerou maior equilíbrio nas contas internas.

O novo boom vem da retomada em 'V' da economia americana com a vacinação e os incentivos de trilhões de dólares injetados pelo governo Biden. Também tem origem na China, que conseguiu controlar a pandemia desde o início e volta forte à cena econômica, podendo beneficiar diretamente o Brasil.

Outro indicador mais abrangente é o índice Commodity Refinitiv, que acompanha o comportamento de 19 matérias-primas e que alcançou seu maior valor em três anos. A nós cabe embarcar nesta grande oportunidade, considerando o momento histórico de taxas de juros menores, com vários projetos de infraestrutura em andamento que precisam aproveitai" a liquidez de capital no mundo à procura de boas oportunidades.

O mais relevante, entretanto, é a capacidade do Brasil de crescer a uma taxa já projetada de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**). É possível avançar até mais se o país continuar investindo em infraestrutura através de concessões e privatizações para um crescimento sustentável; é o caso, por exemplo, da MP de privatização da Eletrobrás. Mesmo que a proposta não seja a ideal, com novas inversões financeiras teremos a garantia de aumento da capacidade no fornecimento de energia, não sendo mais a trava do crescimento maior do **PIB**.

Simultaneamente, é urgente que se aprove uma **reforma tributária** há tanto esperada que simplifique e reduza a cumulatividade de **impostos** na cadeia para aumento da competitividade e da segurança jurídica. E sem deixar de trabalhar na redução do Custo Brasil com reforma administrativa, privatizações e outros marcos legais que reduzam a burocracia e incentivem o empreendedorismo.

Diante de tantas notícias desanimadoras, com perdas irreversíveis de vidas, devemos continuar com a vacinação em massa e com os protocolos de saúde para a retomada segura das atividades, sem deixai" de fazer o dever de casa, com as reformas necessárias, pois depois da maré alta sempre vem a ressaca!

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Reforma tributária: Lira usa metáforas para defender a "reforma do possível"

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), usou as redes sociais neste domingo, 30, para defender, de forma indireta, o fatiamento da **reforma tributária** ao citar a "reforma do possível" e dizer que a "ambição que é apenas um biombo para não fazer nada".

"Todos os que já viveram essa situação sabem que muitas vezes o "feijão com arroz" pode não ser um banquete, mas é a diferença entre o ideal e o possível.

Queremos sempre a maior reforma possível. Mas a melhor nem sempre é a maior, sabemos. A melhor será sempre a possível", disse ele em uma série de publicações no Twitter neste domingo, 30.

Lira tenta avançar com as mudanças no sistema de arrecadação do País por etapas, com projetos de lei e mudanças constitucionais tramitando pela Câmara e pelo Senado. Ele tem se reunido nas últimas semanas com membros do governo e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para definir as próximas etapas.

O fatiamento da reforma, no entanto, é criticado por especialistas. Como o Estadão mostrou, a decisão do Congresso pode abortar a possibilidade de aprovação, ainda este ano, de uma proposta ampla com efeitos duradouros para a melhoria do ambiente de negócios e do crescimento do País, segundo especialistas. Eles veem risco de a reforma se resumir a uma mera unificação do PIS/Cofins, levando a um aumento da carga tributária para os contribuintes brasileiros.

No Twitter, Lira falou ainda sobre a dificuldade de enfrentar adversidades. "O futebol é um caixinha de surpresas, como diz a velha frase. Assim como a condução séria e responsável da vida pública, sobretudo nas crises. Fácil é ficar na arquibancada puxando charangas. Difícil é enfrentar as adversidades, os problemas reais, os desafios, dentro de campo", escreveu.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Lei proíbe que dinheiro de privatização banque ação social

Para Paulo Guedes, dividendos de estatais podem turbinar ações

Além de enfrentar resistências políticas e limitações orçamentárias, o plano apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para dar impulso eleitoral ao governo deve esbarrar em travas na legislação.

Uma das medidas apresentadas em entrevista ao jornal "Folha de S.Paulo" prevê o direcionamento de recursos de estatais para programas sociais.

O ministro afirma que formulou proposta para repassar verba de privatizações e de distribuição de dividendos das empresas públicas a um fundo, cujo objetivo seria alimentar ações sociais.

"Agora vem a eleição?"

Nós vamos para o ataque", disse o ministro. "Vamos devolver as estatais ao povo brasileiro. Cada estatal vendida dá ganho de capital para o povo. E se não vender?"

Pega um pedaço dos dividendos e coloca para eles.

Cria um fundo de distribuição de riqueza, capitalismo popular", afirmou Guedes.

Na semana passada, Guedes sugeriu que, para cada companhia privatizada, o governo poderia direcionar 80% dos recursos arrecadados para abater a dívida pública e 20% para programas sociais.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, lembra que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe o governo de usar dinheiro das privatizações para bancar ações sociais.

O artigo 44 da lei veda a aplicação de receitas da alienação de bens para o financiamento de gastos correntes, exceto se o direcionamento for para custear benefícios previdenciários. Segundo o economista, no caso específico do repasse de dividendos para programas sociais, não há impedimento.

Ele pondera que a ideia vai contra o discurso de Guedes, que é um defensor do uso dos recursos de empresas estatais e bancos públicos para o

abatimento da dívida pública. "Ele está propondo usar recursos dos bancos e das estatais para pagar benefícios, seja o Bolsa Família, seja o auxílio emergencial", disse. "Não é ilegal, como no caso da privatização, mas é contraditório com a política econômica", completa.

Para 2021, o governo espera arrecadar R\$ 16,5 bilhões em dividendos, sendo R\$ 5 bilhões do BNDES e R\$ 4,3 bilhões da Petrobras.

No entanto, análise de anos anteriores mostra que esse tipo de receita varia muito em relação ao previsto no Orçamento. No ano passado, foram arrecadados R\$ 6,6 bilhões - apenas metade do esperado. Em 2019, o valor passou de R\$ 21 bilhões, bem acima dos quase R\$ 8 bilhões previstos.

O especialista em contas públicas e analista do Senado Leonardo Ribeiro afirma que o plano de usar recursos das privatizações é ilegal e fiscalmente irresponsável.

Para ele, o uso de uma fonte limitada e incerta para atender a uma necessidade corrente é injusto com as gerações futuras, contrariando o discurso apregoado por Guedes nos últimos anos.

Limite

Prazo. Outro limitador para o plano do ministro é a Lei Eleitoral, que impede a ampliação de gastos sociais em ano de eleição.

Para valer teria que ser aprovado neste ano.

Maioria apoia elevar **tributos** para reduzir a desigualdade

Em meio a novo pico de pobreza e pressão para ampliar programas de renda, pesquisa inédita do Datafolha para a Oxfam Brasil revela que a maioria dos brasileiros hoje é favorável a aumentar a tributação para financiar políticas sociais.

O apoio mais que dobrou desde 2017, saltando de 24% dos brasileiros para 56%. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo; e a maioria (68%) acredita que atacar a questão é fundamental para o

desenvolvimento do país.

Enquanto se discute uma **reforma tributária** no Congresso, a pesquisa Datafolha/ Oxfam revela que um percentual ainda maior de brasileiros (84%) apoia tributar principalmente os mais ricos para financiar políticas sociais.

Na contramão, os mais ricos (com renda acima de cinco salários mínimos, ou R\$ 5.500) são os menos favoráveis a isso. Entre eles, a adesão à ideia é de apenas 35%.

Já entre os que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.100) e que, em tese, poderiam ser beneficiados pelos programas, o apoio vai a 61%.

A pesquisa revela que 69% dos brasileiros agora se consideram membros da "classe média baixa" ou "pobre", um aumento de cinco pontos percentuais em relação a 2019.

Houve redução também na expectativa de mobilidade social, segundo o levantamento - que ouviu presencialmente 2.079 pessoas em 130 municípios do Brasil entre 7 e 15 de dezembro de 2020. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Para Jefferson Nascimento, coordenador da área de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, o fato de agora a maioria da população aceitar mais **impostos** sobre a sociedade como um todo revela que há um entendimento de que novos programas são necessários e precisam de financiamento.

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15918>

Economia será prioridade na CLDF

» **SAMARA SCHWINGEL**

Com o fim do mês de maio, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) começa a contagem regressiva para o início do recesso parlamentar de 2021. Durante os primeiros meses do ano, o tema que dominou a pauta nas sessões plenárias e na aprovação de projetos foi a pandemia da covid-19. A pouco mais de um mês da pausa nos trabalhos, os distritais devem focar na recuperação econômica do DF e debater itens como a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e isenções de **impostos**. Para o segundo semestre do ano, a regularização fundiária deve dominar os debates na Casa. O vice-presidente da CLDF, Rodrigo Delmasso (Republicanos), explica que, em junho, os distritais devem tratar de fatores econômicos a fim de auxiliar na retomada da capital federal. "Itens como a isenção de **impostos** como IPVA (Imposto sobre Veículos Automotores) e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) devem estar na pauta. São coisas importantes de se votar nesse período antes do recesso para ajudar a economia do DF", diz. Além disso, o republicano afirma que a LDO deve ser votada até o fim do mês. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a norma que dirige e orienta o orçamento do GDF para o próximo ano, além de definir as prioridades do planejamento. A lei também define uma série de regras para elaboração, execução e organização do dinheiro público. No ano passado, a Casa aprovou o projeto com 164 emendas e previsão de R\$ 42,6 bilhões para 2021, somadas todas as receitas. Após passar pelo Executivo, o orçamento chegou a R\$ 44,18 bilhões e o texto teve apenas um veto. Para o próximo mês, o líder do governo na Câmara, Hermeto Neto (MDB), considera que será difícil avançar em pautas que têm mais apelo popular, como a regularização fundiária, mas garante que haverá esta discussão no segundo semestre do ano. "A área fundiária é o que temos de mais forte agora. Destaco a questão do Pdot (Plano Diretor de Ordenamento Territorial)", afirma.

"Porém, acho que no próximo mês não será possível avançar. Mas vamos encarar esse problema sério, porque há muitas pessoas que têm moradia já, mas não tem a regularização da área", analisa Hermeto. Por isso, como líder do governo, o distrital pretende trabalhar para avançar nestas questões nos próximos meses.

Retrospectiva

Nos primeiros cinco meses de 2021, os deputados consideram que a maioria das ações aprovadas pela Casa foram voltadas para o combate à pandemia da covid-19. Delmasso destaca a aprovação e implementação de auxílios emergenciais para certas categorias. "Aprovamos o apoio para motoristas de transportes escolares e de turismo", exemplifica. O deputado também destacou a instituição da política de estímulo à prática de atividades náuticas exploradas no Lago Paranoá e a implementação do aplicativo de consulta pública de leis aprovado pela CLDF. "A Câmara se aproximou mais da população", disse. O auxílio emergencial para motoristas de transportes escolares e táxis foi, na verdade, prorrogado, em 14 de abril, com a proposta de oferecer R\$ 600 por mais três meses para a categoria. Em 27 de abril, a medida foi sancionada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). A mesma medida foi aprovada em 19 de maio para donos de veículos que atuam no transporte coletivo de turismo. O líder do governo na Casa destaca o Programa de Recuperação Fiscal do DF (Refis) como a principal medida do ano. "Foi extraordinário, porque as pessoas que deviam há muitos anos conseguiram limpar o nome, e, neste momento de pandemia, em que o caixa do GDF está arrecadando menos, ele é de extrema importância", diz Hermeto.

Segundo semestre

Os deputados ouvidos pelo Correio expressaram, em sua maioria, vontade de avançar em temas como a regularização fundiária e o andamento da vacinação contra a covid-19 durante o segundo semestre. O distrital da oposição Reginaldo Veras (PDT) considera que a questão da alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) será uma das prioridades. "Na reunião de líderes combinamos que vamos tentar discutir isso nas próximas sessões, mas acredito que só deve avançar após o recesso", explica. A expectativa, no início deste ano, era que a Luos entrasse em pauta ainda no primeiro semestre. Porém, a crise sanitária dominou os debates mais uma vez, assim como em 2020. No ano passado, por exemplo, mais de 70 projetos tinham relação com o tema, considerando que 685 projetos de lei foram apresentados em 2020 - 607 de distritais e 78 do Executivo. Alterações na Luos é uma demanda antiga de alguns setores produtivos que pressionam a Câmara para que os pedidos sejam apreciados. Além da Luos, Veras considera que a regularização de lotes será uma pauta em alta. "Há alguns projetos de regularização de áreas de interesse social espalhadas pelo DF que estão na fila para avaliação também", adianta. Apesar das expectativas,

há quem ache que a Casa não teve um saldo positivo em 2021. "A maioria dos projetos relacionados à pandemia já foi votada, e, no meu entender, estamos muito devagar em relação à aprovação de projetos. Mas, com certeza vamos continuar acompanhando o avanço da vacinação e a evolução de casos da covid", comenta Veras. "Foi extraordinário (Refis), porque as pessoas que deviam há muitos anos conseguiram limpar o nome, e, neste momento de pandemia, em que o caixa do GDF está arrecadando menos, ele é de extrema importância". Deputado Hermeto (MDB)

» Palavra de especialista

Isenção precisa ser direcionada

"O fato de se pensar em projetos de lei sobre isenções de **impostos** como IPVA e ICMS é interessante, pois ajusta as alíquotas e permite o aumento da competitividade entre empresas. Porém, isso precisa ser direcionado para certos setores a fim de incentivar o ganho econômico e a geração de empregos e renda no DF. Tem de pensar e planejar direito os projetos, porque é dinheiro público. Por exemplo, um dos polos que estão se desenvolvendo na capital federal é o farmacêutico. Então, podem priorizar essa categoria para favorecer o desenvolvimento dela. O setor de construção civil deve ser privilegiado também. Reduzindo o ICMS, diminui-se o preço geral do empreendimento, e isso é uma maneira de manter a atividade econômica em destaque. Já a isenção do IPVA, vai privilegiar as novas tecnologias e auxiliar na mobilidade urbana. Mas, de novo, precisa ser algo pensado e planejado com maestria, para não banalizar ou deixar o DF em deficit econômico. É preciso favorecer a comunidade como um todo." César Bergo, economista e presidente do Conselho Regional de Economia do DF

» App traz leis aprovadas pela CLDF

Na última semana, a Câmara lançou o aplicativo "Agora é Lei-DF", que reúne toda a legislação aprovada pela Casa desde sua implementação, há 30 anos. A ferramenta pode ser baixada nos smartphones com sistemas IOS ou Android, na App Store ou na Play Store, gratuitamente. O banco de dados é dividido em 27 temas, como saúde, gestão pública, mobilidade, educação e covid-19. Também é possível pesquisar por data e número da lei.

Pesquisa aponta que maioria apoia elevar impostos

PELO SOCIAL A maioria dos brasileiros é favorável a aumentar a tributação para financiar políticas sociais, é o que revela a pesquisa do Da-tafolha para a Oxfam Brasil. O número, que era de 24% em 2017, mais que dobrou

para 56% dos brasileiros. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo e 68% acredita que sanar a questão é fundamental para o desenvolvimento.

O Congresso está pressionando o presidente Jair Bolsonaro a buscar fontes para bancar um programa de distribuição de renda maior ou reforçar o Bolsa Família. A taxa de pobreza no Brasil alcançou o maior patamar em cerca de 15 anos.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Quem ganha menos paga mais Imposto de Renda (2)

Maria Regina Paiva Duarte

Na entrega da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, perguntamos se é justo o que pagamos. Entre os **tributos** no Brasil, o que mais pode conferir justiça é o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), por ser cobrado diretamente sobre o rendimento da pessoa. Mas há muita injustiça fiscal nesse tributo. Quem tem os mais altos salários é isento ou tem alíquota efetiva baixa. Para ser alcançado pelo imposto, basta ganhar R\$ 1.903,99 mensais. Para esse valor nem deveria haver cobrança. Em 1995, quem ganhava até oito salários mínimos era isento do IRPF. Atualizando, hoje equivaleria a quatro salários mínimos, abrangendo 13 milhões de contribuintes que poderiam estar isentos!

Atualmente, são quatro alíquotas, a menor 7,5% e a máxima 27,5%, sendo a mesma alíquota para qualquer ganho acima de R\$ 4.664,68, o que não confere justiça nem progressividade. Rendas mais altas deveriam pagar proporcionalmente mais, como determina o princípio da capacidade contributiva da Constituição Federal. Curiosamente, em 1989, um ano após a promulgação da Constituição, o número de alíquotas, que era sete, foi reduzido para dois e a alíquota máxima reduziu de 45% para 25%, no sentido contrário do princípio da progressividade. A correção das distorções da tabela do IRPF, portanto, é muito necessária.

Aumentar o limite mínimo, colocar mais faixas e alíquotas maiores para mais altas rendas é fundamental para que o imposto seja maior para quem tem mais renda. Mas há outras distorções graves a corrigir. Desde 1996, também se tornaram isentos os rendimentos das pessoas físicas a título de lucros e dividendos, justamente onde estão as rendas maiores. Para isentar as altas rendas e manter arrecadação, cobra-se mais das menores rendas, especialmente as do trabalho assalariado. Ao mesmo tempo, aumentaram os **tributos** sobre consumo, que incidem muito mais sobre quem ganha menos também.

A crise, aprofundada pela pandemia, exige presença do Estado e aporte de recursos, que podem ser obtidos cobrando mais de quem pode pagar mais. Na campanha Tributar os Super-Ricos, defendemos propostas para reformulação do IRPF, tornando-o mais justo. Para fazer justiça fiscal, é preciso vontade

política e mobilização dos contribuintes que pagam muito mais do que deveriam.

Presidenta do Instituto Justiça Fiscal

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-69b4fa3be19bdf400df34e41b93636a4.pdf

Aumento de Impostos contra desigualdade

O apoio mais que dobrou desde 2017, saltando de 24% dos brasileiros para 56%. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo; e a maioria (68%) acredita que atacar a questão é fundamental para o desenvolvimento.

A pesquisa Datafolha/Oxfam revela que um percentual ainda maior de brasileiros (84%) apoia tributar principalmente os mais ricos para financiar políticas sociais.

As pessoas com renda acima de cinco salários mínimos, ou R\$ 5.500, são as menos favoráveis a isso. Entre eles, a adesão à ideia é de apenas 35%. Entre os que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.100) e que, em tese, poderiam ser beneficiados pelos programas, o apoio vai a 61%.

Com a taxa de pobreza no Brasil no maior patamar em cerca de 15 anos devido à pandemia da Covid-19, o Congresso vem pressionando o governo Jair Bolsonaro (sem partido) a encontrar fontes para financiar um programa de distribuição de renda mais robusto; ou reforçar o Bolsa Família.

A taxa de pobreza no Brasil, considerando quem vive com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8 ao dia), subiu de 11% em 2019 para 16% no primeiro trimestre deste ano. Os brasileiros na miséria passaram de 24 milhões para 35 milhões, segundo dados da FGV Social.

Em 2020, o pagamento do auxílio emergencial mostrou como programas desse tipo têm impacto imediato: em agosto, no auge do pagamento do benefício mensal de R\$ 600, a taxa de miseráveis caiu para 4,6% (10,1 milhões de pessoas), a menor da série histórica.

Entre abril e julho deste ano, enquanto estiver sendo pago o novo auxílio médio de R\$ 250, a pobreza extrema deve recuar dos 16% do primeiro trimestre para 13% (28 milhões de pessoas).

A partir de agosto, a tendência é que a taxa volte a subir se a economia não reagir, principalmente para os trabalhadores na informalidade -cujas vagas, dependendo da ocupação, encolheram até 20% em 2020.

Segundo cálculos do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) na FEA/USP, cada R\$ 100 redistribuídos do 1% mais rico

no Brasil para os 30% mais pobres podem gerar uma expansão na renda agregada de R\$ 106,70, acelerando o consumo e o crescimento.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/31-05_268a802c297fe6

Onda otimista de revisões empolga governo

ROSANA HESSEL

Às vésperas de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre de 2021, houve uma enxurrada de revisões das projeções do mercado, embalada pelo fato de os impactos da segunda onda da pandemia da covid-19 não serem tão ruins quanto o esperado. Esse movimento é um alento para o governo, pois, entre os integrantes da cúpula do Palácio do Planalto, há um consenso de que, se a economia crescer entre 4% e 5%, neste ano, e mais de 3%, em 2022, o presidente Jair Bolsonaro estará reeleito. Contudo, há dúvidas se esse cenário otimista realmente vai se concretizar, porque há muitas incertezas pelo caminho.

As novas estimativas apontam alta de até 5% no **PIB** deste ano, o que, mesmo se confirmada, deixa o Brasil abaixo da média global projetada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e por bancos internacionais, em torno de 6%. Analistas reconhecem que o avanço da vacinação será crucial para a concretização desse cenário otimista, apesar de as perspectivas para os países emergentes serem mais frágeis do que para as economias desenvolvidas.

A depender do impacto da terceira onda da pandemia e do risco de apagão, que foi reconhecido pelo próprio governo, tudo pode ser comprometido. Além disso, lembram que há ressalvas quanto ao desempenho da economia em 2022, devido ao elevado grau de incertezas em um ano eleitoral.

Resta saber o que fará o Banco Central, que iniciou um novo ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic) em março. A autoridade monetária pode atrapalhar os planos de reeleição de Bolsonaro se realmente focar em exercer a autonomia recém-conquistada no Congresso. Isso porque a principal missão do BC é combater a **inflação** e preservar o poder de compra do real, apesar de, agora, ter duplo mandato e precisar se preocupar com a atividade e o emprego, teoricamente. Como a carestia não dá sinais de trégua, especialmente agora, com a perspectiva de novos aumentos na conta de luz, resta saber se a autoridade monetária continuará insistindo no discurso da "normalização parcial", sinalizando que vai subir a Selic até 5,5% anuais, que, de certa forma, ajudará Bolsonaro. "O BC vai passar por um teste sobre a autonomia e vai ter que se explicar muito bem nas atas de cada passo tomado em relação à Selic", aponta o economista-chefe da Austin Rating, Alex

Agostini.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, não vê espaço para o BC interromper o ciclo de alta dos juros neste ano, porque as pressões inflacionárias devem continuar até 2022. Ele prevê a Selic chegando a 6,25% anuais, em dezembro, próximo do limite de 6,5% para uma taxa estimulativa para a atividade. "O problema maior da crise hídrica será o impacto no preço, porque a economia já não deve crescer muito, pois o carregamento estatístico do **PIB** de 2020 neste ano é de 3,6%", explica Padovani. Segundo ele, 2022 exige muito mais cautela, e será difícil apostar no crescimento robusto da economia, devido à volatilidade e às incertezas elevadas, com os juros internacionais em alta, o ambiente político ruidoso e o dólar valorizado. "Um crescimento do **PIB** próximo de 2% faz mais sentido", resume.

Marcelle Chauvet, professora de economia da Universidade da Califórnia, também não vê chances de o **PIB** brasileiro conseguir crescer acima de 2% em 2022 e reconhece que as incertezas em relação à retomada da economia brasileira são elevadas. A economista não descarta a possibilidade de apagão neste ano. "Existe um risco de emergência hídrica no segundo semestre deste ano para vários estados do Brasil. Se esse cenário for concretizado, sim, haveria um risco maior de apagão neste ano. Mas é muito cedo para se ter projeções de chuvas para o ano que vem", afirma.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia (MME) reconhece o problema da crise hídrica, apesar de o setor elétrico ter evoluído nos últimos anos, diversificando a matriz energética. "A situação atual é desafiadora, pois os níveis dos reservatórios de cabeceira das Bacias do Rio Grande e do Paranaíba estão baixos. Nesse sentido, o foco do trabalho do MME é manter o máximo possível de água nos reservatórios", informa a pasta em nota. O órgão acrescenta que "não existe previsão de contratação emergencial de energia" e que "pretende buscar a redução dos custos de geração do sistema".

Na avaliação do economista Claudio Considera - coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE) -, as chances de o **PIB** crescer 5% são mínimas, especialmente porque o desemprego vai continuar elevado enquanto o ritmo da vacinação seguir lento, como atualmente, e abaixo das projeções iniciais. "O emprego vai acabar se recuperando mais

devagar, porque a área de serviços, setor que mais emprega e representa cerca de 70% do **PIB**, não vai voltar à normalidade enquanto não houver vacinação em massa." Ele não descarta os riscos da uma terceira onda da pandemia. No entender de Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, há espaço para o **PIB** brasileiro ser mais robusto neste ano, mas tudo vai depender da vacinação. "A demanda por consumo e serviços está reprimida. Ela aumenta, no exterior, quando há aumento da vacinação, e o brasileiro tende a ter um comportamento semelhante", aposta.

Variáveis

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, destaca que o risco de apagão apontado pelo governo é uma variante adicional para contribuir para que o **PIB** não cresça muito no segundo semestre, apesar de o impacto ser maior na **inflação** do que na falta de energia. "É mais um risco pela frente e ajuda a colaborar para mantermos a nossa projeção de crescimento do **PIB** em 3,2%, porque vai depender das condições de vacinação e do impacto da terceira onda", frisa. Ele prevê alta de 1,8% no **PIB** de 2022 e não descarta os riscos da terceira onda.

Pelas projeções de Vale, devido ao elevado endividamento do governo, o dólar continuará valorizado neste ano e no próximo, chegando a R\$ 5,60 em 2022, refletindo um cenário mais instável em um ano eleitoral. "Em 2022, haverá muitas turbulências na economia por conta da **inflação** e ainda terá o efeito da alta dos juros. A economia pode até crescer mais de 4% neste ano. Isso pode ajudar a tornar a eleição mais disputada, mas não necessariamente ajudará Bolsonaro a vencer", completa.

Para José Marcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, que elevou de 3% para 4,3% a previsão do **PIB** deste ano, o risco de apagão "é muito baixo" em 2021. "Tem muita usina térmica para ser acionada", argumenta. Segundo ele, essa onda de otimismo nas projeções está mais relacionada com a expectativa de avanço das reformas estruturais, como a administrativa e a tributária e com o fato de as reformas microeconômicas estarem começando a fazer efeito. Caso da trabalhista, que tem ajudado na geração de emprego formal neste ano. "As reformas microeconômicas demoram para fazer efeito, mas quando são feitas ajudam a melhorar o potencial de crescimento da economia", acrescenta.

Crescimento ainda é fraco

ROSANA HESSEL

As projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre, que será divulgado amanhã pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), antes negativas em meio à segunda onda da covid-19, passaram a prever crescimento de 0,2% a 2,12% na margem, ou seja, na comparação com os três meses imediatamente anteriores.

As revisões para cima foram intensificadas após dados melhores do que o esperado, mas analistas reconhecem que os indicadores de confiança, tanto do consumidor quanto do empresário, ainda são baixos, devido, principalmente, ao desemprego recorde e às incertezas sobre o processo de vacinação.

As novas estimativas, apesar de mais otimistas, continuam apontando desaceleração na economia brasileira desde o último trimestre de 2020, se compararmos a evolução das taxas trimestrais (leia na página 7). Além disso, analistas ouvidos pelo Correio lembram que o Brasil continua apresentando crescimento menor do que o resto do mundo.

"O Brasil não consegue crescer devido aos problemas internos estruturais que nunca são resolvidos e, por isso, fica sempre abaixo da média global. Registra crescimento de país desenvolvido, mas ainda tem as necessidades de um país emergente", resume Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, que preferiu manter em 3,3% a projeção para o avanço do **PIB** em 2021, mas tem a estimativa mais otimista para o **PIB** do primeiro trimestre, de 2,12%. A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento da economia global neste ano é de 5,8%.

Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (NCN) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), reforça a necessidade de vacinação para garantir a melhora no mercado de trabalho, que registra taxa de desemprego recorde, de 14,7%. Sem que mais de 70% da população seja vacinada, ressalta, "não será possível assegurar uma retomada mais robusta da economia".

Para o especialista, inclusive, a economia não está se recuperando em V (que implica crescimento rápido acima do potencial), como o ministro da Economia, Paulo Guedes, insiste em afirmar em suas declarações. Ele explica que, mesmo se crescer 4% neste ano, descontando o carregamento estatístico, o **PIB** não vai recuperar a queda de 4,1% de 2020.

Potencial limitado

Agostini destaca que o país cresce pouco porque o potencial do **PIB** é limitado, e, assim, a população fica condenada a ter uma renda média baixa. Esse cenário é decorrente da falta de reformas estruturais amplas capazes de melhorar a realidade do país. "O Brasil tem uma carga tributária de economia desenvolvida, mas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de país subdesenvolvido, e já vinha piorando antes da pandemia.", lamenta.

"A parte tributária ainda é muito complexa e afugenta o investidor. E há o problema fiscal, que vem impactando fortemente no câmbio mais valorizado. O governo vem registrando déficit primário desde 2014, mas nunca teve um superavit grande que permitisse investimentos robustos em infraestrutura de forma estratégica, a fim de reduzir a dependência do modal rodoviário", diz. Na opinião dos analistas, o cenário das eleições de 2022 aponta para uma disputa das candidaturas do presidente Jair Bolsonaro e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em que a vacinação poderá controlar a pandemia, mas o risco fiscal será maior, com a dívida pública bruta devendo ultrapassar 90% do **PIB**. "Os partidos de centro estão tentando se unir em torno de um terceiro nome para quebrar essa disputa polarizada, mas as chances de sucesso são mínimas", destaca Christopher Garman, diretor para a América Latina da consultoria norte-americana Eurasia Group.

Ele reconhece que, com a economia crescendo 4% a 5%, e acima de 3% no ano que vem, Bolsonaro pode sair fortalecido nessa disputa, uma vez que a CPI da Covid, no Senado, não deverá atrapalhar esse processo. Luis Otavio Souza Leal, que prevê crescimento de 4% no **PIB** deste ano, destaca que esse cenário econômico mais favorável para Bolsonaro pode ser factível, "mas vai depender muito das condições externas e do grau de estresse com as eleições". De acordo com ele, considerando o carregamento estatístico de 3,6% do **PIB** de 2020 no **PIB** deste ano, é possível dizer que o crescimento de 2022 poderá ser maior do que o deste ano, o que poderá ajudar a reeleição do chefe do Executivo. "A partir da perspectiva atual, podemos chegar a três conclusões básicas. A primeira é que Bolsonaro é, sim, um candidato competitivo para 2022. Se vai chegar como favorito, isso vai depender do desempenho econômico no ano que vem", ressalta. "A segunda é que não parece haver apetite do eleitorado

por uma terceira via. As duas primeiras nos levam à conclusão de que teremos uma eleição polarizada", resume.

Analistas ainda lembram que, apesar de prejudicar a população mais pobre, a carestia mais forte neste primeiro semestre poderá ajudar Bolsonaro em 2022, porque a correção do teto de gastos ficará acima da **inflação** oficial do fim do ano que vai ajustar as despesas obrigatórias. O limite atual do teto, de R\$ 1,485 trilhão, poderá ser ampliado em R\$ 118,8 bilhões se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrar junho em 8% no acumulado em 12 meses, dado previsto pelo economista André Braz, coordenador do Índice de Preços do FGV Ibre. Ele estima alta de 5,8% no IPCA no fim do ano. Logo, haverá uma folga no teto, em torno de R\$ 40 bilhões, que Bolsonaro poderá aproveitar para gastar e pavimentar a reeleição. As apostas são de que ele vai partir para o populismo, criando uma nova espécie de auxílio emergencial.

O inacreditável Estado não subsidiário brasileiro (2)

» **GABRIEL SOUZA**

No ano passado, o presidente da República, Jair Bolsonaro, enviou ao Congresso Nacional a PEC 32/2020 que, entre outras questões, propunha alterar o artigo 37 da Constituição Federal e incluir, entre os princípios que regem a Administração pública no Brasil, o princípio da subsidiariedade. Deixemos o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, explicar do que se trata tal princípio, em excerto da justificativa da PEC do Poder Executivo: "O princípio da subsidiariedade está associado com a valorização do indivíduo e das instâncias mais próximas a ele, prestigiando sua autonomia e sua liberdade. Tal princípio, historicamente consolidado, visa a garantir que as questões sociais sejam sempre resolvidas de maneira mais próxima ao indivíduo-comunidade, e só subsidiariamente pelos entes de maior abrangência, ressaltando, no âmbito da administração pública, o caráter do federalismo".

Ou seja, o Estado subsidiário promove intervenções somente nos casos em que a própria sociedade ou indivíduo não consegue resolver por conta própria determinado problema. Não se trata do Estado Mínimo, que define restritivamente o escopo de ações do Estado e, ao mesmo tempo, diferencia-se do Estado Máximo, que apregoa a intervenção estatal em diversas áreas da economia e da sociedade.

Basicamente, a subsidiariedade age em duas dimensões, a saber: a) na relação entre os entes federados, incentivando a atuação do ente imediatamente mais próximo do problema, e acionando o ente mais distante somente em casos de impossibilidade de resolução pelo anterior (a União Europeia rege-se por tal princípio, nesse prisma) e b) na relação Estado-sociedade, de forma a intervir caso a própria (considera-se, inicialmente, o indivíduo e, progressivamente, o coletivo dos mesmos) não obtenha sucesso na busca de resolução de determinado problema.

Essa concepção é, a meu ver, a base principiológica do Estado Necessário - ou Subsidiário - que busca preservar a importância da existência do ente estatal no século 21, sem desconsiderar as novas formas de organização social e econômica advindas da atual fase do capitalismo. Eis que, neste momento de pandemia, encontramos um gigantesco exemplo da

aplicação do princípio da subsidiariedade. Naturalmente, com a queda da atividade econômica - com ou sem restrições de seu funcionamento pelo Estado - há retração do investimento, aumento da **inflação** de vários produtos, queda da renda e aumento do desemprego. Em um país cuja economia é baseada na informalidade, o problema é ainda maior.

Exatamente por isso que o Estado deveria subsidiar a economia. Aliás, não existe, em nenhum país sério do mundo, o enfrentamento da pandemia sem subsídio compatível com a queda da atividade econômica. Fui relator da Lei de Responsabilidade Fiscal estadual no Rio Grande do Sul, proposta pelo governador José Ivo Sartori, portanto, sou conhecedor e defensor da importância do equilíbrio fiscal nas contas públicas. Aliás, tal equilíbrio deve existir em tempos ordinários exatamente para que o Tesouro faça frente nos tempos extraordinários, como o que vivemos. Ainda, o custo fiscal no pós-pandemia certamente será muito maior caso não subsidiemos a economia no transpandemia, sem desconsiderar o custo social, pois o grande número de falências de empresas e o aumento exponencial do desemprego resultarão em miséria, pobreza, violência, desigualdade social e, infelizmente, mais mortes.

Se pela dimensão da relação Estado-sociedade é nítida a necessária intervenção estatal nesse momento, na dimensão federativa, não há dúvidas que tal ação deve advir da União. Isso porque, no Brasil, ela é o único ente federado com capacidade fiscal para tanto, além de ser tarefa típica do Ente nacional na nossa Federação (arts. 21 e 22 da CF). Portanto, não compreendo os motivos de um governo que defendeu a inclusão, na Carta Magna, do princípio da subsidiariedade como instrumento norteador da Administração pública brasileira, se negar a agir nesse momento de necessária intervenção subsidiária do Estado. Tal negativa, que gera uma inacreditável inércia frente ao estrondoso problema que enfrentamos, resulta em um Estado não-subsidiário que produz um desastre anunciado ao condenar - seja lá por quais motivos - um país inteiro ao atraso e ao subdesenvolvimento.

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Após protestos, aliados de Bolsonaro reforçam polarização e atacam Lula

Thiago Resende e Mateus Vargas - Brasília

Aliados de Jair Bolsonaro reagiram às manifestações de sábado (29) contra o presidente de forma alinhada: inflaram o discurso de polarização e miraram ataques a Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ex-presidente, segundo a última pesquisa Datafolha, aparece com vantagem para a disputa pelo Palácio do Planalto em 2022.

Lula não foi aos protestos de sábado e manteve silêncio, mas em diversas cidades houve declarações de apoio ao petista. Ele readquiriu o direito de disputar a eleição após o STF (Supremo Tribunal Federal) anular condenações da Lava Jato.

Os atos contra Bolsonaro reuniram milhares de manifestantes em várias cidades do país, incluindo todas as 27 capitais brasileiras. Liderados por centrais sindicais, movimentos sociais e partidos de esquerda, eles foram alvo de críticas por acontecerem presencialmente em meio à pandemia da Covid-19, que já deixou mais de 450 mil mortos no país.

De olho nas urnas, o PT evita atropelar a construção da candidatura e busca não associar a mobilização à força política de Lula. Diante de um adversário com elevada rejeição e um cenário difícil inclusive na economia, a estratégia dos petistas é deixar que Bolsonaro se desgaste. A gestão da pandemia da Covid já é alvo de uma CPI no Senado.

Embora tenha rachado na preparação de sábado devido ao dilema de provocar aglomerações durante a pandemia, a esquerda não descarta a convocação de novos protestos contra Bolsonaro, com foco nas críticas à gestão da pandemia e a favor do impeachment.

O final de semana fez emergir entre os políticos a avaliação de que a eleição presidencial de 2022 foi antecipada. O mesmo diagnóstico é traçado por bolsonaristas e políticos de esquerda.

PT e PDT foram estimulados a traçar planos. Bolsonaristas tentaram minimizar a mobilização e afirmam que, agora, o presidente da República tem um salvo-conduto para ir a atos nas ruas.

Ao contrário das agitadas agendas dos últimos finais de semana, Bolsonaro se encastelou no Palácio da Alvorada, residência oficial, em Brasília.

No sábado, dia dos protestos, fez uma publicação em rede social segurando uma camiseta com a mensagem "imorrível, imbroxável, incomível" - mesmos termos usados recentemente por ele quando atribuiu a Deus a exclusividade de poder tirá-lo do cargo.

Lula também não se manifestou até a noite de domingo (30). Na sexta (28), o petista atacou Bolsonaro, que, segundo ele, nunca trabalhou na vida. "Acha que eu tenho medo dele?! Eu nasci na rua, minha vida política é na rua", escreveu o ex-presidente.

A estratégia do PT é deixar Lula mais afastado dos atos nas ruas para fazer um contraponto a Bolsonaro, que promove frequentes aglomerações durante a pandemia.

Bolsonaristas aproveitaram o ambiente de apoio ao petista nas manifestações para reforçar a percepção de polarização. A aposta é reeditar o antipetismo presente na campanha de 2018.

Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que as manifestações contra Bolsonaro colocaram a eleição em pauta.

"A polarização está consolidada. A terceira via vai se dividir em muitas candidaturas. Como se diluem as candidaturas, a tendência é Lula e Bolsonaro no segundo turno", disse Barros à Folha.

Para a deputada Carla Zambelli (PSL-SP), que é próxima de Bolsonaro, os atos pelo país tiveram baixa adesão, mas a exceção foi São Paulo, cuja manifestação a impressionou.

"Mas precisará muito mais do que isso para o impeachment avançar", disse Zambelli. Ela disse que o processo depende de crime de responsabilidade e vontade política, e não apenas de atos nas ruas.

Em ataque a Lula, a deputada afirmou que o apoio demonstrado ao petista durante as manifestações é uma "tentativa de levantar um defunto".

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, também usou a estratégia de levar Lula ao centro da discussão. "A maior propaganda gratuita que o Bolsonaro pode ter é o PT colocar essas bizarrices nas ruas novamente. O brasileiro precisa rememorar essa turma que estava escondida dentro de casa e só destilando ódio pelas redes sociais", escreveu o ministro em rede social.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, saiu em defesa do governo nas redes sociais. "Ontem mais uma máscara caiu", escreveu. Segundo ele, a oposição só criticava "aqueles que vão para as ruas" por não conseguir mobilizaratos volumosos.

Os organizadores dizem que houve protestos no sábado em ao menos 213 cidades do Brasil e 14 do exterior, com cerca de 420 mil pessoas. Apesar de ampla adesão ao uso de máscaras, houve aglomerações que desrespeitam as recomendações sanitárias para evitar a transmissão da Covid-19.

A mobilização foi realizada pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo Sem Medo e pela campanha Fora Bolsonaro.

Apesar de os atos reunirem milhares, Barros disse que os protestos foram "dentro da normalidade" e não geraram preocupação no governo.

Já o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP) afirmou à Folha que as manifestações foram "pífias e vergonhosas".

PT e PDT afirmaram que os atos mobilizaram mais gente que o esperado, o que reforça o desgaste do governo diante da condução da crise sanitária.

Embora petistas e outros políticos de oposição afirmem, nos bastidores, que a melhor estratégia é prolongar o desgaste de Bolsonaro até a eleição, alguns nomes da esquerda declaram que o movimento nas ruas levanta discussões sobre um processo de afastamento do presidente.

Vice-presidente nacional do PT, o deputado José Guimarães (CE) disse que há pressão popular para que o Congresso abra um processo de impedimento. "Ninguém pode ficar surdo frente ao que aconteceu ontem [sábado] no país", afirmou.

"O presidente [Bolsonaro] é incompetente para gestão da crise da pandemia e ineficiente na apresentação de saída para a grave e brutal crise econômica que o Brasil vive", afirmou Guimarães.

No entanto, para o presidente do PDT, Carlos Lupi, o cenário ainda não é favorável para um impeachment de Bolsonaro. "É um processo que depende muito do ambiente. E mais político do que técnico - jurídico." A partir da mobilização deste fim de semana, Lupi disse que vê com mais otimismo o desempenho do partido em 2022.0 candidato a ser lançado deve ser o ex-governador do Ceará **Ciro Gomes**.

Na avaliação do presidente do PDT, é possível que, com o desgaste do governo Bolsonaro, haja espaço para um segundo turno entre **Ciro** e **Lula**.

"A **inflação** está muito alta. Foram muitos erros nesse governo. Isso deve jogar Bolsonaro apenas para o gueto da direita mais raivosa, abrindo chance para nós no segundo turno", disse Lupi.

O secretário-geral do PT, deputado **Paulo Teixeira (SP)**, afirmou que novas manifestações contra o governo devem ser convocadas, mas defende o uso de novos formatos, com menos riscos, como **carreatas**.

"Há um sentimento de que as pessoas já estão saturadas. Precisam se manifestar e mostrar cansaço em relação a essas políticas dele [Bolsonaro], a essa maneira dele de menosprezar a pandemia", disse.

Os conflitos entre **Lula** e **Bolsonaro** vão ganhando capítulos. Em outro episódio de embate com **Lula**, **Bolsonaro** criticou na sexta, um dia antes das manifestações, o padre **Júlio Lancellotti**, que é próximo de **Lula**.

O petista postou em uma rede social na semana passada uma foto com **Lancellotti** e escreveu: "Estou disposto a viajar o país para levantar a cabeça do nosso povo e dizer: esse país é nosso. Esse país não é o país do ódio".

Bolsonaro, ao comentar o episódio, questionou a integridade de **Lancellotti**. "Colocam o **Lula** com um padre pensando que fosse um padre realmente sério, responsável", disse.

SENADORES QUEREM ACELERAR DEPOIMENTO DE QUEIROGA

Parlamentares da oposição e da ala independente da CPI da Covid querem acelerar o novo depoimento do ministro da Saúde, **Marcelo Queiroga**. A posição foi debatida em reunião neste domingo (30). Ainda não há data prevista para a segunda oitiva de **Queiroga**, mas a ideia é que ocorra em junho. "Acho que, como ministro da Saúde, [Queiroga] se omite. Silenciar diante da pulsão de morte do presidente da República e imitar [O general e ex-ministro **Eduardo**] **Pazuello** na

subserviência é covardia", afirmou Renan Calheiros
(MDB-AL) à Folha

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

44

Se o IGP-M reflete commodity e câmbio, como reajusta aluguel e luz? (2)

Roberto Dumas Professor do Insper

O índice geral de preços-mercado bateu 4,10% no mês de maio comparado com 1,51% no mês anterior. Com essa alta, nos últimos 12 meses, o índice alcançou mais de 37%. Mas por que esse descolamento entre IGP-M e IPCA?

Não que o IPCA, índice utilizado para a meta de **inflação** do Banco Central e determinado pelo Conselho Monetário Nacional, esteja comportado, mas por que essa discrepância?

O IGP-M é composto por 3 diferentes índices: O IPC com peso de 30%, que mede o índice de preços ao consumidor de famílias que recebem de 1 a 33 salários mínimos e cesta com 388 produtos, o IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo) com peso de 60%, que mede a evolução de preços no atacado e commodities, as matérias-primas (aqui já deu para entender) com 431 produtos e o INCC (Índice Nacional da Construção Civil) com peso de 10%.

Ocorre que graças ao apetite voraz chinês, a demanda por commodities no mercado internacional explodiu, levando o preço de algumas commodities subirem quase 21% só em maio, como o caso do minério de ferro, 10,48% o milho, 18,65% a cana de açúcar e 3,74% o preço da soja.

Essas commodities respondem por mais de 65% de todo o IPA, que atingiu 5,23% em maio e 50.2% em 12 meses.

E aonde devemos nos preocupar, além de saber que grande parte dos aluguéis são indexados ao IGP-M? Aí vem a história do jabuti. Colocaram-no na árvore, muitos não sabem como, e decidem que já que ele está lá e o mercado aceita, deixemo-nos sozinho.

Não é bem assim. O IGP-M passou a ser adotado como índice de reajuste de aluguel há mais de 30 anos (1989), quando o governo ainda profanava o índice de preços ao consumidor.

Como forma de limitar a influência do governo no reajuste dos aluguéis, via "ajustes criativos" no IPC, o mercado passou a adotar o IGP-M calculado pela FGV (Fundação Getulio Vargas) e apartado de influências políticas.

Entretanto, se analisarmos à luz da credibilidade do nosso IPC-A, esse jabuti já pode descer da árvore, pois como ajustar o aluguel por um indicador que é altamente influenciado pela cotação do nosso câmbio e commodities no mercado internacional?

Poder-se-ia dizer que o proprietário prefere o IGP-M, mas isso seria uma falácia.

Uma vez que o câmbio se aprecia e as commodities caem, o IGP-M pode ficar negativo -apesar de os contratos de aluguéis geralmente não permitirem reajustes negativos.

Além disso, é sabido que a volatilidade, entenda-se aí o risco, se aplica para ambas as partes, o proprietário e o inquilino.

Voltemos ao nosso mundo econômico, no entanto. Será que poderíamos considerar um choque de oferta esse aumento no preço das commodities, que se traduziu muito bem no IGP-M?

De certa forma, sim, mas como disse no começo desse artigo, existem idiosincrasias no Brasil, que podem formar alguns rastilhos de pólvora inflacionário, batendo também no IPCA.

Mesmo com várias renovações de concessão de distribuidoras de energia, utilizando o IPCA como índice de reajuste, uma grande parte das distribuidoras de energia elétrica ainda tem suas tarifas atreladas ao IGP-M.

Maior IGP-M, maior custo de energia elétrica, o que encarece todo o processo produtivo manufatureiro e de serviços.

Some-se a isso a possibilidade de termos de acionar termelétricas emergências, a um custo de tarifa de R\$1,000/Mwh, dado o baixo nível dos reservatórios atualmente, o aumento do IGP-M, pode, sim, acabar influenciando toda a cadeia do IPCA.

Para a autoridade monetária resta apenas continuar com sua política contracionista de aumentos paulatinos de juros, de modo a minimizar flutuações excessivas do nível do produto.

Muitos advogam um aumento imediato para a taxa de juro Selic para 6.5%, o que equivaleria a uma taxa de juro nominal neutra (nem estimula e nem reprime a economia). Entretanto, esse movimento faria sentido em outra épocas, como por exemplo, quando o Brasil adotou a âncora cambial para debelar uma **inflação** acumulada de 1980 a 1994 de 12 trilhões percentuais. Os tempos agora são outros e a patologia macroeconômica da hiperinflação foi controlada, felizmente.

[...]

O IGP-M foi adotado como índice de reajuste de aluguel há mais de 30 anos (1989), quando o governo ainda profanava o índice de preços ao consumidor

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

44

Aos da nova década (2)

JOÃO GUILHERME SABINO OMETTO

Agricultura (ANA)

Em 2021, nascerão 140 milhões de crianças no mundo, sendo 2,5 milhões no Brasil. Já no primeiro dia de 2021, a Terra recebeu 371.504 habitantes, os primeiros filhos da década que se inicia.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-26c954646e21d70792e4db24a76a5fc0.pdf

Em nosso país, foram 6.935. Os dados são do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Multiplicam-se, portanto, os desafios e a responsabilidade da civilização de prover vida de qualidade às presentes e às novas gerações, em um cenário econômico abalado pela covid-19.

Os números mostram que, apenas com o crescimento vegetativo de 2,5 milhões de habitantes, teremos no Brasil um novo contingente equivalente à população de Belo Horizonte (MG). A comparação dimensiona a premência de promovermos amplo processo de inclusão, recuperação de empregos perdidos, geração de novos postos de trabalho e retomada do crescimento econômico em níveis mais elevados do que antes da pandemia.

Temos, assim, compromissos relevantes a serem cumpridos, que incluem, necessariamente, um plano eficaz de vacinação, essencial para a normalização plena das atividades.

São inadiáveis, também, as reformas estruturais, como a tributária e administrativa, fundamentais para destravar investimentos, proporcionar mais equilíbrio fiscal e viabilizar a expansão do **PIB**.

É de se esperar, assim, que a Câmara dos Deputados e o Senado, o Executivo e o Judiciário trabalhem de modo mais sinérgico e assertivo para o bem maior do país.

Temos plenas condições de vencer os desafios da nova década, promovendo a inclusão socioeconômica dos brasileiros.

Muitos haverão de alegar as dificuldades de se realizar, em plena pandemia, o que não temos conseguido fazer de modo eficiente nas últimas décadas. Porém, é nas grandes crises que surgem as oportunidades. Está na hora de o Brasil tornar-se sujeito de sua própria história.

JOÃO GUILHERME SABINO OMETTO, engenheiro. empresário e membro da Academia Nacional de

Saiba como consultar o extrato do FGTS sem sair de casa

As pessoas que trabalharam com carteira assinada podem verificar o extrato do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) sem a necessidade de ir até uma agência física da Caixa.

De acordo com a Caixa Econômica Federal, o extrato completo das contas do FGTS de todos os períodos, inclusive a partir de 1999, está disponível para acesso do trabalhador por meio do App FGTS e da internet (www.caixa.gov.br/extrato-fgts).

A consulta é importante para o trabalhador definir se vale a pena ou não entrar com um processo judicial para pedir a revisão do índice de correção do Fundo a partir de 1999.

Atualmente, o FGTS é corrigido pela TR (que está zerada) mais 3% ao ano. Só que, principalmente em tempos de preços em alta, a atualização dos recursos do fundo perdeu para a inflação.

A questão será analisada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que discute a revisão do índice de correção do saldo do FGTS.

"É possível saber os valores creditados a título de correção monetária, o que possibilitará eventual questionamento do índice aplicado", destaca a professora universitária, Maria Cláudia Trajano, sócia do escritório Trajano Ferro Advogados.

O presidente do IFGT (Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador), Mario Avelino, alerta que o cálculo do expurgo é feito com base no que foi depositado e não no que o trabalhador teria direito. Significa dizer que se a firma ficou alguns meses sem recolher a grana do fundo, neste período o trabalhador não terá direito à correção.

Ao consultar o extrato, o funcionário pode verificar se o seu empregador está realizando corretamente o depósito do FGTS e, se for o caso, cobrar o recolhimento do benefício.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Governo precisa de R\$ 6 bi para programa de emprego a jovens

O programa social em elaboração para inclusão de jovens no mercado de trabalho deverá demandar R\$ 6 bilhões em um ano dos cofres públicos, segundo integrantes do Ministério da Economia.

Na quarta-feira (26), o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que os contratos de qualificação profissional poderão durar até um ano.

Por isso, a equipe econômica busca recursos no Orçamento que possam bancar a iniciativa também a partir de 2022, e não apenas em 2021.

Uma possibilidade, segundo membros da equipe econômica, é que o programa seja bancado com recursos fora do teto de gastos - regra que impede o crescimento das despesas públicas acima da inflação.

A ideia é que essa primeira rodada -de um ano- funcione como uma versão inicial e, após avaliações da política pública, poderá se tornar permanente e, então, incluído dentro do Orçamento e das limitações do teto.

"No BIP, o governo dá um bônus para um jovem pegar um programa de treinamento dentro da empresa, para entrar no sistema produtivo. O governo dá um dinheiro para ele se manter e a empresa também paga um pedaço, que vai chamar BIQ. É um ganha-ganha", disse Guedes, em entrevista exclusiva à Folha de S.Paulo publicada nesta semana.

"Isso não tem encargo, não tem nada. O valor do bônus pago pelo governo deve ficar entre R\$ 250 e R\$ 300, possivelmente R\$ 300. A ideia é que a empresa entre com um valor equivalente", afirmou.

Nem-Nem Os planos do BIP foram antecipados pela Folha de S.Paulo neste ano.

No fim de abril, Guedes voltou a prometer um novo programa social voltado para trabalhadores informais, que, segundo cálculos do governo federal, são cerca de 40 milhões de brasileiros.

Em maio, o ministro afirmou que a expectativa é a abertura rápida de 2 milhões de vagas de emprego.

O foco do programa é o grupo com idade de 18 anos a 29 anos, especialmente os jovens que hoje não

estudam e não trabalham (os chamados "nem-nem").

O objetivo do programa é que o jovem se qualifique para exercer a função exigida no futuro emprego.

O governo nega que o mecanismo será usado para contratação de mão de obra barata.

O jovem teria durante o programa um vínculo especial com a empresa, dentro de um regime de treinamento.

O contrato não deve seguir as regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e, portanto, não será contabilizado no Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Como o plano do ministro de conceder um pagamento aos jovens que hoje não estudam nem trabalham em um novo programa de incentivo à qualificação profissional prevê uma quantia a ser arcada por empresas, o valor recebido pela pessoa pode chegar a R\$ 600.

Com os dois pagamentos, o programa permitiria ao jovem receber o equivalente ao salário mínimo por hora -o que, na visão do governo, eliminaria problemas jurídicos sobre valores abaixo do permitido.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Baixa eficiência da Coronavac preocupa a Saúde - CLÁUDIO HUMBERTO

CLÁUDIO HUMBERTO

As autoridades da Saúde tratam com discrição e cautela a discussão sobre a baixa eficiência da Coronavac, atestada em estudo internacional com a participação da USP e questionada na CPI da Pandemia durante o depoimento de Dimas Covas, diretor do Butantan, que a produz. O temor é de recusa da Coronavac e corrida por outras vacinas, desorganizando o programa de imunização.

Covas chegou a afirmar que a vacina não protege contra infecções, mas atenua sua gravidade. Há controvérsias.

Entre 61% e 28% Estudo internacional com a USP, em 15.900 pessoas, concluído na sexta 21, aponta eficácia de 61% a 28% em vacinados a partir de 76 anos.

O caso Sarney Na CPI, foi citado o caso do ex-presidente José Sarney, que, semanas após a segunda dose, testes de laboratório não detectaram anticorpos.

Campana na UTI Em Curitiba, um jornalista admirado, Fabio Campana contraiu covid um mês após receber a segunda dose. Nesta sexta (28), ele foi intubado.

O caso Sargento O sambista Nelson Sargento contraiu covid três meses após a 2ª dose.

Sua idade (96) favoreceu a piora do quadro e ele faleceu na quinta (27).

CPI ignora fraudes na compra de respiradores A CPI da Pandemia convocou governadores para tentar afastar a pecha de "comissão da cloroquina", mas ignorou o escândalo da compra de 300 respiradores envolvendo três governadores do PT, além de Renan Filho (MDB-AL), filho do relator. Os respiradores custaram R\$49 milhões com pagamento antecipado, mas nunca foram entregues. O caso virou alvo de tribunais de contas estaduais por "ausência de cuidado mínimo em relação à idoneidade e condição da empresa" de cumprir os contratos.

Longe da CPI O caso também enrola os petistas Camilo Santana (CE), Fátima Bezerra (RN) e Rui Costa (BA), que é coordenador do Consórcio do

Nordeste.

Calote cobrado Os senadores Styvenson Valentim (Cid-RN), Eduardo Girão (Pode-CE) e Rodrigo Cunha (PSDB-AL) cobraram, sem sucesso, o calote milionário.

É preciso punir Segundo Styvenson, o ofício também foi enviado ao Ministério da Justiça "para que criminosos sejam presos e punidos", certamente não pela CPI.

Pelegos mentem muito Sindicalistas mentem às vésperas de privatização tanto quanto os políticos inescrupulosos mentem antes da eleição. Agora dizem que a desestatização da Eletrobrás vai provocar aumento na conta de luz.

Dá uma preguiça...

Nem a vontade de criminalizar Bolsonaro foi capaz de superar a tradição do ócio no Congresso.

Bastou um feriado na quinta-feira para a CPI da Pandemia paralisar os depoimentos por mais de uma semana.

Contra taxa do Sol Enquanto o lobby das distribuidoras de energia mostra força em Brasília, na cruzada para liquidar a energia solar, a pornográfica tentativa de taxar o Sol continua gerando protestos Brasil afora contra essa corja.

Sentença de arena romana A lacrolândia já condenou Neymar. O ex-craque Casagrande, que virou comentarista, escreveu que jogadores "precisam ser exemplo". Teve o cuidado de não citar "exjogadores", excluindo-se da própria sentença.

Dilma, é você?

Contra privatizar os Correios, o deputado José Ricardo (PT-AM) disse que não há "garantia nenhuma" de investimentos no setor, e encarnou Dilma: "Nada amarra, não tem como amarrar também".

Reino da picaretagem Empresas de telemarketing faturam alto com a picaretagem de disparar ligações que caem tão logo são atendidas. Incomodam as pessoas, cujos telefones não param de tocar, e

engordam relatórios de "ligações feitas" e o valor da cobrança dos seus clientes otários (lojas online, teles etc).

Mudanças pós-Trump Na última segunda-feira, a CNN americana atingiu um novo recorde negativo: não conseguiu que nenhum dos seus programas atingisse a marca de um milhão de telespectadores, nem sequer no horário nobre.

Pensando bem...

Nada como um feriado para fazer os políticos esquecerem a "urgência nos trabalho da CPI"para enforçar uma semana inteira.

Mundo real Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, Alexandre Sampaio está desolado com a situação do setor, em especial com self-services.

"Em 2020, acumulamos perdas de 28,6 mil n e g ó - cios".

"Bancos refazem prognósticos de crescimento do **PIB** para 5%" Rogério Marinho (Desenv. Regional) sobre uma das boas notícias da semana

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf#undefined/1>

Vale o escrito (3)

No ano em que o Brasil ficou em casa por causa da pandemia, o número de livros vendidos encolheu 18,43%; em números brutos, 80 milhões de exemplares a menos que em 2019. Os dados divulgados pela Câmara Brasileira do Livro na semana passada mostram uma preocupante tendência de retração do setor e trazem implicações diretas para as potencialidades de crescimento do país.

Antes da pandemia, o país havia perdido 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019, de acordo com a pesquisa Retratos da Leitura do Brasil, de setembro do ano passado. Dos brasileiros com mais de 5 anos, 93 milhões não haviam lido uma obra sequer nos três meses anteriores ao estudo.

Pode-se inferir muita coisa da relação entre leitura e bem-estar econômico ao se ver que países em que mais de 70% da população lê dez ou mais livros por ano, como Luxemburgo, Alemanha e Áustria, têm **PIB** per capita entre US\$ 46 mil e US\$ 114 mil anuais. No Brasil, onde se leem cinco livros por ano (sendo só 2,5 inteiros), o **PIB** per capita é de US\$ 8.700 anuais, segundo dados do Banco Mundial.

Quem lê pouco não tem como aprender muito.

Na prova internacional do Pisa, o Brasil é apenas o 58º país em leitura. E, novamente comparando-se PIBs per capita, os primeiros colocados, China, Singapura e Hong Kong beiram valores de US\$ 65 mil e crescimento de até 18% no primeiro trimestre de 2021, enquanto a prévia do Banco Central aponta alta de 2,27% aqui.

Permitir que o hábito da leitura se perca não apenas enfraquece um setor que movimenta R\$ 5 bilhões anuais em vendas, mas, principalmente, mina a capacidade de reflexão do indivíduo e, por conseguinte, da cidadania. Como bem ensinou Monteiro Lobato há cerca de um século: "Uma nação se faz de homens e livros".

Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15918>

Centro prevê guinada à direita

O avanço da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio da Silva e a queda na popularidade do presidente Jair Bolsonaro em meio ao desgaste do governo provocado pela CPI da Covid 'empurram' o centro político para a direita, avaliam dirigentes partidários, parlamentares e analistas. O objetivo, segundo eles, é construir a chamada terceira via com potencial de voto capaz de atrair sobretudo eleitores decepcionados com o presidente.

A mudança de estratégia se acentuou após Lula liderar, com folga, a mais recente pesquisa Datafolha, com 41% das intenções de voto, ante 23% de Bolsonaro, em simulação para o primeiro turno. No segundo turno, o petista seria eleito com 55%. Presidenciáveis que se posicionam como terceira via, caso de **Ciro Gomes** (PDT), também fazem aceno à direita, ainda que o ex-ministro seja associado à centro-esquerda.

O raciocínio é o de que o adversário a ser batido no primeiro turno é Bolsonaro, não Lula.

O ex-presidente da Câmara **Rodrigo Maia** (RJ), que está de saída do DEM, defende uma aliança entre todos os pré-candidatos da centro-direita em torno de um nome para disputar a eleição presidencial de 2022. 'Precisamos fazer um movimento político forte', disse ao Estadão o deputado.

Ele considera Lula 'franco favorito', com chances de vencer até mesmo no primeiro turno, e citou a união entre nomes como o do governador **João Doria** (PSDB), do ex-ministro **Luiz Henrique Mandetta** (DEM) e da empresária **Luiza Trajano**, que descarta disputar cargo político.

O senador **Álvaro Dias** (PR), do Podemos, disse que seu partido vai esperar até outubro uma definição do ex-ministro da Justiça **Sérgio Moro**, apontado como presidenciável e citado nas pesquisas de intenção de voto. 'O antipetismo ainda é muito expressivo no País.

Com a queda de Bolsonaro, há espaço para a terceira via. O centro vai adotar uma postura menos ideológica e mais pragmática'.

O PSDB aparece com ao menos três nomes na disputa. Além de Doria, são cotados como presidenciáveis o governador do Rio Grande do Sul, **Eduardo Leite**, e o senador **Tasso Jereissati** (CE). O ex-prefeito de Manaus **Arthur Virgílio** também pretende disputar as prévias tucanas. O líder do partido no

Senado, **Izalci Lucas** (DF), aposta que um candidato de centro pode romper a polarização entre Lula e Bolsonaro.

Ele vê uma 'janela de oportunidade' para uma terceira via. 'Qualquer um do centro tem grande chance contra Lula ou Bolsonaro no segundo turno.

Não dá para ter dez candidatos. Essa é a grande oportunidade do centro, que nas últimas pesquisas foi jogado para a direita'.

O presidenciável que faz o movimento mais incisivo à direita é **Ciro Gomes**, terceiro colocado na eleição de 2018. O mais recente foi o convite para que o economista **Paulo Rabello de Castro**, ex-presidente do BNDES na gestão **Temer**, se tornasse seu conselheiro. O pedetista, que contratou o ex-marqueteiro do PT **João Santana**, tenta se associar à terceira via com críticas a Bolsonaro e a Lula, pregando um 'antipetismo de esquerda'.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10568>